



Processo Seletivo Simplificado para Classificação de Integrantes das Classes de
Docentes do Quadro do Magistério

**Atuação Educação Especial
Deficiência Auditiva**

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '1020', Tipo 001

Nº de Inscrição _____
MODELO

Nº do Caderno _____
MODELO1

Nº do Documento _____
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

PROVA

Formação Básica
Formação Específica

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas definitivas com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**FORMAÇÃO BÁSICA**

1. A ideia de autonomia de professores tem sido muito comum nos discursos pedagógicos; no entanto, seu emprego nem sempre reflete uma clareza quanto ao seu significado. Para Contreras (2002), a autonomia não é um chamado à autocomplacência, nem tampouco ao individualismo competitivo, mas a convicção de que um desenvolvimento mais educativo dos professores e das escolas virá do processo democrático da educação, isto é, da tentativa de
- (A) obter maior capacidade de intervir nas decisões políticas relacionadas à escola.
 - (B) construir uma autonomia democrática tendo em vista o local e o universal.
 - (C) obter cada vez mais espaços de independência e menos controle burocrático.
 - (D) construir uma autonomia profissional juntamente com a autonomia social.
 - (E) reivindicar menos intervenção das famílias e da sociedade nas práticas escolares.
-
2. Para Tardif (2002), o saber dos professores traz em si mesmo as marcas de seu trabalho e esse saber não é somente utilizado como um meio no trabalho, mas é produzido e modelado no e pelo trabalho. Trata-se, portanto, de um trabalho
- (A) complexo, que envolve determinados saberes e habilidades que são aprendidos pelos professores, primeiro, na formação inicial e, depois, na formação continuada.
 - (B) pedagógico, que envolve um conjunto de saberes, habilidades, competências e atitudes plurais e temporais aprendidos no processo de formação inicial.
 - (C) multidimensional, que incorpora elementos relativos à identidade pessoal e profissional do professor, à sua situação socioprofissional, ao seu trabalho diário na escola e na sala de aula.
 - (D) profissional, que incorpora um saber social que é atemporal embora reflexivo, em que o trabalhador se relaciona com o conhecimento que é seu principal objeto de trabalho.
 - (E) multifacetado, que agrega as relações entre os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores das ciências da educação e os saberes mobilizados pelas práticas do ensino.
-
3. Perrenoud (2000) propõe um inventário das competências que contribuem para orientar a prática docente e as formações iniciais e contínuas. Para o autor, a noção de competência designará uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação. Administrar a progressão das aprendizagens é uma das famílias de competência reconhecida como prioritária no exercício da docência que mobiliza competências mais específicas como, por exemplo:
- I. conceber e administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos.
 - II. desenvolver a cooperação entre os alunos e certas formas simples de ensino mútuo.
 - III. observar e avaliar os alunos em situações de aprendizagem numa perspectiva formativa.
 - IV. fazer balanços periódicos do processo realizado e tomar decisões de progressão.
 - V. envolver os alunos em atividades de pesquisa e em projetos de conhecimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, III e V.
 - (D) II e IV.
 - (E) II e V.
-
4. Para Coll e Martín (2006), numa concepção construtivista a avaliação tem uma função reguladora no processo de ensino e aprendizagem que implica conhecer o que cada um dos alunos já sabe, sabe fazer e é, e o que pode chegar a saber, saber fazer ou ser, e como aprendê-lo. Nesse processo, cabe ao professor
- (A) conhecer como os alunos aprendem ao longo do processo de ensino-aprendizagem para atribuir notas ou conceitos que retratem o desempenho do grupo e os resultados obtidos.
 - (B) identificar as necessidades de cada aluno, incentivá-los a realizar o esforço que lhes permita continuar progredindo e comunicar à família os resultados finais.
 - (C) confiar e demonstrar confiança no esforço dos alunos, devolvendo-lhes a avaliação de seu próprio progresso por meio de conceitos que retratem seu desempenho.
 - (D) desenvolver uma atuação na aula em que as atividades e os próprios conteúdos de trabalho se adequarão constantemente, tendo como referência o planejamento.
 - (E) informar aos alunos os critérios e os instrumentos utilizados para avaliá-los e observar, ao final do processo, os fatores que interferiram no desempenho da turma.



5. Para Vasconcellos (2003), a preocupação fundamental no que diz respeito aos instrumentos de avaliação, buscando superar a ênfase seletiva, é referente à
- (A) necessidade de articular os instrumentos com os conteúdos ensinados e aprendidos.
 - (B) necessidade de construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos alunos.
 - (C) mudança de postura em relação às finalidades da educação e da avaliação.
 - (D) importância de cobrir uma amostra significativa de todos os conteúdos ensinados.
 - (E) necessidade de usar uma linguagem compreensível, para salienta o que se deseja.
-
6. *Bullying* pode ser descrito como um tipo de intimidação
- (A) direta e indireta, envolvendo um variado leque de agressões.
 - (B) pontual, exclusiva do espaço escolar.
 - (C) acidental, para chamar a atenção do agredido.
 - (D) planejada, mas sem envolvimento de violência física.
 - (E) frequente, usado, sobretudo, por alunos imaturos ou inseguros.
-
7. Currículo pode ser entendido como a referência básica para que se possa
- (A) indicar quais são os conhecimentos verdadeiros, distinguindo-os daqueles que não precisam ser repassados às novas gerações.
 - (B) nortear a ação docente, no sentido de divulgar as informações mais úteis e precisas aos alunos.
 - (C) comprometer os professores com um ensino rico e variado, imprescindível à constituição de sociedades igualitárias.
 - (D) arrolar a lista de informações a serem preservadas no tempo e no espaço, na medida em que adquiram caráter universal.
 - (E) ampliar, localizar e contextualizar os conhecimentos acumulados pela sociedade ao longo do tempo.
-
8. As linguagens, prioridades na concepção da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, são entendidas como formas de
- (A) dominar os conceitos científicos e tecnológicos.
 - (B) valorar o real e fazer escolhas adequadas.
 - (C) compreensão e ação sobre o mundo.
 - (D) representação simbólica, como o desenho e o jogo.
 - (E) pensar as relações sociais de maneira não ideológica.
-
9. Competências e habilidades precisam ser desenvolvidas na escola, uma vez que são elas que permitem aos alunos
- (A) alocar significado às suas vidas, orientando-os na escolha de rumos de ação compatíveis com suas metas.
 - (B) enfrentar problemas e agir de modo coerente diante das múltiplas possibilidades de solução.
 - (C) valorizar a vida escolar, aquilatando os aspectos curriculares, as qualidades dos docentes, a riqueza da interação entre pares.
 - (D) aprender a se comprometer com a tomada de decisão e com as ações capazes de impulsionar a própria vida e os rumos da nação.
 - (E) distinguir o certo do errado, adotando um ponto de vista ético, no qual se busque igualdade, liberdade e justiça para todos.
-
10. No texto "Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação" (2007), Álvaro Chrispino defende a tese de que a causa primordial da violência escolar tem relação com
- (A) as mudanças sociais que afetam as relações de poder na escola, uma vez que os dispositivos utilizados na cultura escolar que garantiam a autoridade pedagógica e a manutenção da ordem não são mais adequados para assegurar a autoridade pedagógica.
 - (B) a formação dos professores, especialmente a inicial, que não prepara o docente para compreender as manifestações e causas dos conflitos, bem como não fornece ferramentas para a resolução de conflitos no contexto da sala de aula e da escola.
 - (C) a ausência de uma gestão democrática, quando a direção não desenvolve um trabalho cooperativo e a equipe escolar não vê o conflito como algo que deva ser investigado, compreendido e mediado.
 - (D) as famílias dos alunos, que não têm cumprido com o seu papel de garantir a formação moral, os bons costumes, os bons modos de crianças e jovens tidos como essenciais ao convívio social e ao processo de ensino-aprendizagem.
 - (E) a massificação da educação, pois a escola passou a reunir no mesmo espaço alunos com diferentes vivências, expectativas, valores, culturas e hábitos que são causadores de conflito que, quando não trabalhados, provocam manifestação de violência.
-
11. A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para os níveis de Ensino Fundamental I I e Médio tem como princípios centrais a escola que aprende, o currículo como espaço de cultura, as competências como eixo de aprendizagem, a prioridade da competência de leitura e de escrita, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho. Em relação ao princípio "a escola que aprende", é correto afirmar que a
- (A) capacidade de aprender terá que ser trabalhada especialmente com os alunos por meio da reflexão.
 - (B) vantagem de ser uma escola que aprende é a legitimação do conhecimento dos profissionais do ensino.
 - (C) tecnologia nem sempre facilita a viabilização das práticas ideais, de ações visando o trabalho coletivo.
 - (D) formação de uma "comunidade aprendente" deve ter como ponto de partida o trabalho colaborativo.
 - (E) escola que aprende precisa contar com recursos para promover mediações e resolução de conflitos.



12. No Caderno do Gestor, volume 3, de 2009, destaca-se a importância das reuniões finais de conselhos de classe e série para a reflexão sobre o que de fato aconteceu durante o ano e para a projeção das ações para o próximo ano. Diferentes da Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), os conselhos de classe e série
- (A) precisam identificar a situação de cada aluno para definir os que prosseguirão na série subsequente.
 - (B) têm que oferecer condições para que os alunos tenham garantida a promoção automática.
 - (C) precisam refletir sobre o seu papel com vistas a identificar os responsáveis pelo fracasso dos alunos.
 - (D) têm que avaliar se a escola atingiu bons resultados e encaminhar os casos mais críticos para recuperação final.
 - (E) têm status próprio que lhes confere o poder decisório de interferir na Proposta Pedagógica da escola.
-
13. Vivemos numa sociedade dinâmica. A partir desta constatação, Andy Hargreaves, na obra **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança** (2004), examina o significado da sociedade do conhecimento, sua importância e seu sentido para os professores de hoje. Nesse livro, o autor fala em escola total e professor total, ambiente e profissional voltados para a cultura cooperativa, na qual
- (A) a interdependência forma o cerne das relações entre professores, fazendo com que cada um se sinta parte do grupo e de um trabalho em equipe.
 - (B) o professor deve desenvolver capacidades para inovação, flexibilidade e o compromisso com a transformação, essenciais à prosperidade econômica.
 - (C) o isolamento profissional deve ser combatido e cada professor deve se responsabilizar em desenvolver suas capacidades de inovação.
 - (D) a escola deve combater muitos dos imensos problemas criados pelas sociedades do conhecimento e deve estar a serviço da criatividade.
 - (E) o trabalho coletivo é fundamental para a noção de sociedade aprendente que poderá compor ou não uma sociedade de aprendizagem.
-
14. A Instrução CENP nº 1/2010, de 11 de janeiro de 2010, que dispõe sobre estudos de recuperação aos alunos do Ciclo II do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nas escolas da rede pública estadual de ensino, estabelece as competências e atribuições dos docentes responsáveis pela recuperação. NÃO é de responsabilidade do professor
- (A) realizar uma avaliação diagnóstica dos alunos encaminhados para recuperação, com vistas a um maior detalhamento das dificuldades apresentadas preliminarmente pelo professor da classe.
 - (B) oferecer atendimento individualizado de estudos de recuperação paralela para atender às dificuldades/necessidades indicadas pelas famílias dos alunos.
 - (C) encaminhar, ao final do período em que o aluno esteve submetido a estudos de recuperação, os resultados alcançados.
 - (D) cuidar dos registros das atividades desenvolvidas com os alunos, em especial, apresentando relatório circunstanciado quando de se tratar de atendimento individualizado.
 - (E) utilizar estratégias diversificadas propondo as atividades a serem vivenciadas pelos alunos, sugeridas no material de apoio, como também usar os materiais disponíveis na Sala Ambiente de Informática da escola.
-
15. Duas meninas, da mesma turma, saíram muito entusiasmadas da aula, conversavam sobre o que estavam aprendendo e foram questionadas por colegas de outra turma sobre o motivo de tanto entusiasmo. Eles queriam saber como eram as aulas dessa tal professora Luiza que era muito elogiada pelos alunos. As duas foram logo contando: "A aula dela é muito gostosa porque todo mundo tem o mesmo direito de participar e falar, dar opiniões; não fica assim, de deixar os alunos meio isolados, pelo contrário". E a outra menina complementa: "E na hora de explicar ela explica de um jeito que não tem jeito de não entender. Quando ela está explicando, ela está conversando com os alunos e ela pede muito a opinião da classe inteira. É um jeito muito fácil de aprender".
- O encontro cotidiano entre professores e alunos em sala de aula envolve um conjunto de fatores necessários para facilitar a aprendizagem. No caso da professora Luiza, as alunas colocam em destaque a sua habilidade em
- (A) estabelecer os vínculos entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios e determinar o que deve constituir o ponto de partida das aulas.
 - (B) promover o trabalho independente por meio de situações em que possam se atualizar e utilizar autonomamente os conhecimentos construídos.
 - (C) criar oportunidades para os alunos expressarem suas próprias ideias e selecionar os aspectos relevantes e os que devem ser descartados.
 - (D) gerar um ambiente em que seja possível que os estudantes se abram, façam perguntas, e aproveitar, quando possível, as contribuições dos alunos.
 - (E) contar com as contribuições e os conhecimentos dos alunos, estabelecer um ambiente favorável, além de criar uma rede comunicativa na aula.



16. De acordo com Jacques Delors, a educação ao longo de toda a vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Essa perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar
- (A) as reformas educativas, ou seja, tanto a elaboração de programas como a definição de novas políticas pedagógicas.
 - (B) os professores, ou seja, a definição de suas metas nos planos de aula e também a dos processos de avaliação.
 - (C) as comunidades em que as escolas estão inseridas, para que possam reivindicar o cumprimento de tais princípios.
 - (D) as equipes gestoras, para que ofereçam uma educação democrática, voltada para o desenvolvimento de todos os alunos.
 - (E) a divisão tradicional dos tempos e espaços, para que eles possam corresponder às exigências do mundo contemporâneo.
-
17. O conceito de educação ao longo da vida ultrapassa a distinção bem conhecida entre educação inicial e educação permanente e, segundo Delors, aproxima-se de outro conceito frequentemente proposto, que é o da
- (A) articulação teoria e prática.
 - (B) otimização das potencialidades.
 - (C) comunidade global.
 - (D) sociedade educativa.
 - (E) relação de complementaridade.
-
18. Refletir a respeito da produção de conhecimento do aluno, buscando encaminhá-lo à superação, ao enriquecimento do saber, significa desenvolver uma ação avaliativa
- (A) contínua.
 - (B) mediadora.
 - (C) científica.
 - (D) supervisora.
 - (E) tradicional.
-
19. Segundo Hoffmann (2001), existem quatro dimensões que envolvem o processo avaliativo. A primeira dimensão se refere ao contexto sociocultural do aluno, a segunda aos saberes significativos e a terceira às questões epistemológicas do aprender. A quarta dimensão diz respeito
- (A) às atividades interativas.
 - (B) às disciplinas curriculares.
 - (C) ao cenário educativo/avaliativo.
 - (D) à gênese do conhecimento.
 - (E) ao compromisso social do docente.
-
20. Instituída pela Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, a Bonificação por Resultados a ser paga aos servidores em efetivo exercício na Secretaria da Educação, decorrente do cumprimento de metas previamente estabelecidas, visa
- (A) à melhoria e ao aprimoramento da qualidade do ensino público.
 - (B) ao favorecimento aos profissionais que se destacam na escola.
 - (C) à premiação dos professores qualificados profissionalmente.
 - (D) ao incentivo aos servidores com maior tempo de serviço.
 - (E) à avaliação do trabalho desempenhado pelos servidores.

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA**

21. Sasaki (2007) aponta que *os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade*. Com essa afirmativa o autor refere-se
- (A) aos diversos problemas criados pela própria sociedade, causando desvantagem social às pessoas com deficiência.
 - (B) aos direitos legais conquistados para as pessoas com deficiência.
 - (C) à existência de política pública que implantou o sistema de cotas nas universidades.
 - (D) à existência de política pública que implantou sistemas de cotas nas empresas.
 - (E) às atitudes de acolhimento e tolerância da sociedade em relação às pessoas com deficiência.
-
22. Para Carvalho (2005), a inclusão escolar do aluno com deficiência deve ser criticada sempre que
- (A) for implementada de forma responsável.
 - (B) for compreendida para além da mera inserção física do aluno na classe comum.
 - (C) os apoios previstos pela Educação Especial forem valorizados.
 - (D) os serviços de apoio a professores, alunos e seus familiares forem extintos ou banalizados.
 - (E) as especificidades dos grupos de pessoas com deficiência forem consideradas e atendidas.
-
23. *O conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e das dificuldades de comportamento. Em termos formais, estamos falando sobre uma mudança da ideia de "defeito" para um "modelo social".* (Mittler, 2003).
O autor refere-se
- (A) à perspectiva de se colocar para o aluno com deficiência ou com "defeito" a responsabilidade por seus sucessos e fracassos escolares.
 - (B) a ideia de que a maioria das dificuldades de aprendizagem estão localizadas no aluno com "defeito".
 - (C) a um modelo centrado na criança, que valoriza o "defeito" em detrimento das possibilidades de aprendizagem escolar.
 - (D) a ideia de que as instituições sociais segregadas devem acolher as crianças que apresentam deficiência, cabendo às famílias a responsabilidade pela inclusão social de seus filhos.
 - (E) à perspectiva de se deslocar o modelo centrado no "defeito" para o modelo social da deficiência, baseado na proposição de que as instituições sociais é que são opressivas e discriminadoras.
-
24. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, reconhece que as barreiras atitudinais e ambientais podem impedir as pessoas com deficiência de participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Para tanto, propõe que os Estados partes se comprometam a adotar medidas imediatas, efetivas e apropriadas para
- (A) mudar o atual conceito de deficiência, uma vez que é muito difícil a mudança atitudinal e ambiental na sociedade.
 - (B) estimular preconceitos e práticas excludentes em relação a pessoas com deficiência.
 - (C) estabelecer medidas legais restritivas, baseadas em sexo e idade, em todas as áreas da vida para as pessoas que apresentem deficiência.
 - (D) conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade dessas pessoas.
 - (E) conscientizar exclusivamente as famílias de baixa renda, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência.
-
25. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, apresenta a ideia de que pessoas com deficiência
- (A) serão sempre incapazes de desenvolver suas capacidades, não importa o que se faça.
 - (B) são as únicas responsáveis pelo rompimento das barreiras impostas pela sociedade ao seu pleno exercício de cidadania.
 - (C) costumam encontrar impedimentos para participar da sociedade de modo pleno e efetivo devido a barreiras encontradas.
 - (D) devem cobrar apenas do Estado a garantia do respeito a que têm direito.
 - (E) devem aprender a aceitar a própria situação de exclusão social.



26. Mazzotta (1996), ao analisar o preceito da Constituição de 1988 que assegura o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, alerta para
- (A) o necessário estabelecimento da relação entre alunos com deficiência e atendimento educacional especializado, pois esta relação é fato constatado na história da Educação Especial.
 - (B) o risco do estabelecimento da relação entre aluno com deficiência e Educação Especial, pois esta relação é enganosa, uma vez que o aluno com deficiência pode não apresentar necessidades educacionais especiais.
 - (C) a necessária vinculação do aluno com deficiência à Educação Especial, pois é fato que esse aluno depende de serviços de apoio especializado para avançar em seus processos de aprendizagem.
 - (D) a importância de se manter a dicotomia entre educação regular e Educação Especial, pois este é o caminho para a implementação de ações educacionais inclusivas.
 - (E) a importância de se manter a vinculação do aluno com deficiência à Educação Especial, em função de suas permanentes necessidades educacionais especiais.
-
27. Segundo Mazzotta (1996), a incorporação da Educação Especial à política educacional brasileira ocorreu no final dos anos
- (A) quarenta.
 - (B) oitenta e início dos anos noventa.
 - (C) vinte.
 - (D) cinquenta e início da década de sessenta.
 - (E) noventa.
-
28. A Declaração de Salamanca (1994) inspirou-se no princípio
- (A) de integração e no reconhecimento da necessidade de ações voltadas para a conquista de educação para todos.
 - (B) da necessidade de novos currículos para atender crianças portadoras de deficiência.
 - (C) da legalização do acesso de pessoas portadoras de deficiência ao ensino especializado.
 - (D) da participação de alunos com deficiência em atividades extracurriculares.
 - (E) de integração do aluno com deficiência na escola especial.
-
29. A expressão necessidades educativas especiais (Salamanca, 1994) refere-se
- (A) ao atendimento educacional especializado voltado para as pessoas com deficiência, preferencialmente no ensino regular.
 - (B) ao atendimento às necessidades básicas de aprendizagem do escolar que apresenta algum tipo de deficiência.
 - (C) a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem.
 - (D) a todas as crianças e jovens que apresentam necessidades especiais decorrentes de uma deficiência.
 - (E) ao atendimento apenas às crianças, de ambos os sexos, que apresentam algum tipo de deficiência.
-
30. A Declaração de Salamanca (1994) enfatiza a necessidade de aprimoramento dos sistemas de ensino, no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, sem que se faça qualquer distinção entre elas. Para tanto, propõe uma pedagogia centrada
- (A) na criança.
 - (B) no conteúdo acadêmico.
 - (C) no currículo.
 - (D) no diagnóstico terapêutico.
 - (E) nos recursos didáticos especializados.
-
31. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) traz as diretrizes norteadoras das ações a serem implementadas pelas instituições escolares, dentre as quais:
- (A) realizar atendimento educacional especializado em escolas conveniadas e disponibilizar recursos sociais privados aos alunos com necessidades educacionais especiais.
 - (B) identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma a favorecer a plena participação escolar do aluno com necessidades especiais.
 - (C) desenvolver atividades recreativas, orientadas pelo professor especializado, para serem realizadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns.
 - (D) orientar os alunos com necessidades especiais e seus familiares quanto à matrícula condicionada ao bom desempenho escolar dos mesmos.
 - (E) matricular os alunos com necessidades educacionais especiais diretamente nos serviços de apoio.



32. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, no capítulo destinado à Educação Especial, determina que
- (A) o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino.
 - (B) as condições específicas dos alunos, oriundas de suas deficiências, não devem interferir na tomada de decisão para o encaminhamento dos mesmos à classe especial.
 - (C) o atendimento especializado será feito em classes e escolas especiais para os alunos que apresentam deficiências.
 - (D) o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados aos alunos que apresentam graves deficiências, a partir de diagnóstico clínico.
 - (E) as condições específicas dos alunos, oriundas ou não de uma deficiência, deverão ser consideradas na tomada de decisão quanto ao encaminhamento dos mesmos para escolas especiais.
-
33. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 configura a Educação Especial como
- (A) sistema de ensino paralelo ao sistema regular, em função das características do seu alunado, quer se trate de deficiência ou de superdotação.
 - (B) sistema de ensino paralelo ao ensino regular, por requerer serviços de apoio especializados e professores especialistas nas diferentes áreas da deficiência.
 - (C) modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com significativas dificuldades de aprendizagem.
 - (D) modalidade de educação escolar, oferecida obrigatoriamente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades educacionais especiais e com deficiência.
 - (E) modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades especiais.
-
34. No documento Política Nacional de Educação Especial (MEC, 2008) consta que o alunado da Educação Especial é aquele que
- (A) requer atendimento em sistema segregado de ensino.
 - (B) requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.
 - (C) deverá ter atendimento em sistema terapêutico na escola.
 - (D) deverá ser atendido em classes especiais da rede regular de ensino.
 - (E) deverá ser atendido em sistemas educacionais paralelos que disponham de currículos adaptados.
-
35. Maria Tereza E. Mantoan (2006) aborda a exclusão escolar no contexto da crise do paradigma do conhecimento e afirma que a escola deve
- (A) compartimentar os saberes curriculares e articulá-los com os saberes cotidianos do aluno, contemplando, assim, as demandas sociais, culturais e subjetivas do alunado.
 - (B) valorizar o modelo da cientificidade dos saberes escolares propostos pela modernidade, ignorando os saberes do senso comum.
 - (C) estabelecer conexões entre os saberes isolados, rompendo as fronteiras disciplinares por meio da reinterpretação da matéria-prima da educação escolar, qual seja, o conhecimento.
 - (D) valorizar a hiperespecialização dos saberes curriculares da Educação Básica, favorecendo a compreensão, pelo aluno, do caráter multidimensional dos problemas.
 - (E) compartimentar os saberes curriculares do ensino fundamental, integrando-os com os saberes do cotidiano do alunado.
-
36. Para Maria Tereza E. Mantoan (2006), a reviravolta dos sistemas escolares em direção à construção da educação inclusiva requer, entre outros, a
- (A) divisão dos alunos em normais e deficientes, com modalidades de ensino regular e especial, e professores especialistas para atender necessidades educativas especiais do alunado.
 - (B) extinção das categorizações e, conseqüentemente, das oposições excludentes que colocam o aluno na condição de normal ou de deficiente.
 - (C) categorização dos alunos a partir dos resultados da avaliação dos processos de aprendizagem, com adaptações curriculares que contemplem as dificuldades da aprendizagem detectadas.
 - (D) organização das classes por capacidade de aprendizagem dos alunos e avaliação diagnóstica daqueles que apresentarem mais dificuldades.
 - (E) organização das classes por potencialidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, de forma a estimular a competitividade entre eles.



37. As mudanças necessárias para se atingir os objetivos da educação inclusiva, conforme Sage (in Stainback & Stainback, 1999), envolvem
- (A) os modelos de gestão escolar, cabendo aos responsáveis pela administração central apenas a elaboração da legislação sobre a educação inclusiva.
 - (B) as práticas docentes, que devem buscar a excelência do processo de ensino-aprendizagem, que é de exclusiva responsabilidade do professor.
 - (C) as práticas cotidianas do gestor escolar, com o devido suporte material e de profissionais de apoio previstos na legislação educacional.
 - (D) estruturas paralelas das modalidades de Educação Especial, pois sua integração com a modalidade comum de ensino não favorece os suportes necessários aos alunos com necessidades educacionais especiais.
 - (E) os diferentes níveis do sistema administrativo, incluindo a estrutura central da educação, a organização de cada escola e a didática de sala de aula.
-
38. A Deliberação nº 68/2007, da Secretaria de Educação de São Paulo, ao fixar normas para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, configura a modalidade especial, no contexto da educação inclusiva, como um processo definido por
- (A) um currículo especializado elaborado por professores especializados nas diferentes áreas da deficiência que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar e substituir, quando necessário, o ensino comum.
 - (B) uma proposta pedagógica elaborada conjuntamente com profissionais da área da saúde que assegure recursos e serviços educacionais especiais para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular.
 - (C) um currículo especializado, que deve prever recursos materiais, didáticos e pedagógicos e serviços de apoio para complementar o ensino regular.
 - (D) uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular.
 - (E) uma proposta psicopedagógica que assegure um currículo especializado, elaborado conjuntamente pelo professor da sala comum e o professor especializado.
-
39. Segundo a Resolução nº 11/2008, da Secretaria de Educação de São Paulo, os alunos com necessidades educacionais especiais ingressantes na rede estadual de educação deverão ser matriculados
- (A) diretamente nas salas comuns e, posteriormente, avaliados pela área de saúde que irá determinar a conveniência ou não do aluno receber atendimento educacional especializado em sala de recursos.
 - (B) preferencialmente nas salas de apoio pedagógico e aguardar um semestre para que o professor especialista possa realizar a avaliação pedagógica específica, juntamente com profissionais da área da saúde.
 - (C) preferencialmente nas salas de apoio pedagógico enquanto não forem realizadas as avaliações pedagógicas pela equipe da escola (diretor, professor / coordenador, professores da sala comum) juntamente com o professor especializado e Diretoria de Ensino.
 - (D) diretamente nas classes comuns e aguardar um bimestre letivo para que se proceda a avaliação pedagógica específica realizada pela equipe da escola (diretor, professor / coordenador, professores da sala comum) juntamente com o professor especializado, Diretoria de Ensino e profissionais da área da saúde.
 - (E) preferencialmente nas salas comuns e deverão se beneficiar dos serviços de apoio que serão estabelecidos conforme avaliação pedagógica específica realizada pela equipe da escola (diretor, professor / coordenador, professores da sala comum) juntamente com o professor especializado, diretoria de Ensino e profissionais da área da saúde.
-
40. Para Mittler (2003), os professores devem adotar ações específicas para responder às necessidades diversas dos alunos por meio da criação de ambientes de aprendizagem
- (A) restritivos e de uma metodologia de ensino e de avaliação específica e individualizada.
 - (B) exclusivos e de uma metodologia de ensino e de avaliação geral que garantam a igualdade de oportunidade para todos.
 - (C) efetivos, estabelecimento de metas de aprendizagem, uso de abordagens de ensino e de avaliação apropriadas, e garantia de igualdade de oportunidades para todos.
 - (D) restritivos, estabelecimento de metas de aprendizagem para cada aluno e uso de abordagens de ensino e de avaliação específicas que garantam a igualdade de oportunidades para todos.
 - (E) exclusivos, e estabelecimento de metas gerais, compatíveis com o nível de cada aluno, e de uma metodologia de ensino e de avaliação que garantam o aprendizado de todos.



41. Segundo Goldfeld (2002), a língua para os adeptos a filosofia oralista é
- (A) um processo em que a fala só pode ocorrer pela oralização.
 - (B) somente um código formado por regras gramaticais que tem por objetivo final a comunicação oral.
 - (C) um processo para a aquisição da linguagem que explora o uso de sinais.
 - (D) adquirida coletivamente, considerando a pragmática e a habilidade manual.
 - (E) adquirida pelas relações interpessoais.
-
42. Ciccone (in Goldfeld, 2002) afirma que na história da Educação de Surdos, no Brasil, encontramos três filosofias educacionais. São elas:
- I. Oralismo: procura igualar os surdos aos ouvintes.
 - II. Comunicação Total: convive com a diferença procurando aproximar os surdos dos ouvintes.
 - III. Bilinguismo: procura igualar a família ouvinte aos surdos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
-
43. No Brasil, o bilinguismo, implantado em escolas e clínicas na década de 90, se divide em dois tipos: bilinguismo composto e paralelo. Goldfeld, 2002, faz a seguinte conceituação:
- (A) composto: aprendizagem de duas línguas de forma independente; paralelo: prevaleceria o sistema de significados da língua materna.
 - (B) composto: língua adquirida em situação informal; paralelo: aprendizagem de uma segunda língua em situação formal.
 - (C) composto: aprendizagem de uma segunda língua em situação formal; paralelo: língua adquirida em situação informal.
 - (D) composto e paralelo: aprendizagem da primeira língua em situação formal e informal.
 - (E) composto e paralelo como aprendizagem adquirida apenas em situações formais nas escolas especiais.
-
44. Vygotsky (in Goldfeld, 2002) afirma que a surdez é a deficiência que causa maiores danos para o indivíduo. Para ele, os problemas da surdez são decorrentes de questões
- (A) políticas, e a educação deve ter como objetivo valorizar a língua majoritária.
 - (B) religiosas, e a educação deve ensinar os surdos tanto a língua oral quanto a língua de sinais brasileira.
 - (C) econômicas, e a educação deve valorizar a Libras, desconsiderando os avanços tecnológicos na produção de aparelhos auditivos.
 - (D) socioculturais, e a educação deve ter como objetivo minimizar estes danos.
 - (E) psicológicas, e a educação deve considerar apenas uma única metodologia, para não causar danos psicológicos às pessoas com surdez.
-
45. Em meados do século XIX chegou ao Brasil, trazido pelo imperador D. Pedro II, para iniciar um trabalho de educação de duas crianças surdas, com bolsa de estudos paga pelo governo, o professor surdo
- (A) francês Alexander Graham Bell.
 - (B) italiano Alpi Couto.
 - (C) brasileiro Fabiano Rosa, que estava na Europa.
 - (D) francês Laurent Clerc.
 - (E) francês Harnest Huet.
-
46. Uma abordagem que estuda a linguagem sob a óptica social e que reflete sobre a sua fluência no desenvolvimento cognitivo do indivíduo é a
- (A) psicologia sociointeracionista.
 - (B) linguística aplicada.
 - (C) semiótica.
 - (D) antropologia.
 - (E) sociologia.



47. No Brasil, três abordagens foram relevantes e representativas no trabalho com surdos, em diferentes épocas. São elas:
- (A) oralismo (1500), comunicação total (2000) e bilinguismo (2005).
 - (B) oralismo (1911), comunicação total (1970) e bilinguismo (1980).
 - (C) oralismo (1880), bilinguismo (1980) e comunicação total (2005).
 - (D) oralismo (1911), comunicação total (2000) e bilinguismo (2002).
 - (E) bilinguismo (1911), oralismo (1970) e comunicação total (1980).
-
48. Atualmente o bilinguismo ocupa um grande espaço no cenário científico mundial. Para essa abordagem,
- (A) a criança surda deve ser normalizada.
 - (B) o surdo deve lutar contra sua surdez.
 - (C) a utilização da fala e de recursos espaço-viso-manuais deve ser incentivada na escola.
 - (D) o surdo deve aprender apenas a língua dominante.
 - (E) as pessoas com surdez formam uma comunidade com cultura e língua próprias.
-
49. Goldfeld (2008) afirma que os surdos que não têm acesso à língua de sinais apresentam as seguintes características:
- (A) aprendem com facilidade a língua oral somente com seus familiares.
 - (B) desenvolvem-se naturalmente e compartilham as informações de seu grupo escolar.
 - (C) são privados da possibilidade de compartilhar as informações de uma comunidade.
 - (D) adquirem na escola comum a língua majoritária do país.
 - (E) desenvolvem-se de maneira idêntica aos indivíduos falantes.
-
50. *Tenho uma amiga que não procuro muito. Usa aparelho de audição. Ela não se aceita como surda. Ela não quer estar no mundo dos surdos e tudo faz para ser oralizada. Tem poucos amigos. ... não tem uma boa voz ... ela também não conhece sinais.*
- A identidade desta pessoa surda pode ser classificada como
- (A) surda.
 - (B) surda híbrida.
 - (C) surda de transição.
 - (D) surda incompleta.
 - (E) surda flutuante.
-
51. As diferenças existentes entre grupos e no interior dos grupos culturais estão presentes na escola moderna. Na escola para surdos, normalmente ocorre a desconsideração deste sujeito. Skliar (1998) afirma que a escola está pautada
- (A) nos estudos surdos.
 - (B) na visão socioantropológica.
 - (C) na pedagogia surda.
 - (D) no bilinguismo.
 - (E) na visão clínica patológica.
-
52. Diante do imaginário social e representação do surdo, Skliar (1998) argumenta que a escola atual deverá romper com o trabalho de obra de caridade para ver o surdo como
- (A) diferente (linguística e culturalmente).
 - (B) deficiente (incapaz e limitado).
 - (C) diferente (oralidade superficial).
 - (D) deficiente (perda auditiva, déficit cognitivo).
 - (E) deficiente (patologia do ouvido).
-
53. A educação multicultural seria um veículo eficaz para as trocas sociais emancipatórias. A escola precisa se comprometer a realizar junto com os alunos surdos uma crítica social, com o objetivo de
- (A) fortalecer uma cultura monolítica.
 - (B) preparar esses sujeitos para conviver com duas linguagens e várias culturas.
 - (C) aderir a uma metodologia terapêutica.
 - (D) fortalecer uma cultura voltada para a ultrageneralização do surdo.
 - (E) preparar esses sujeitos para conviver com a língua majoritária e cultura ouvinte.
-
54. Segundo Skliar, as escolas para surdos possibilitam
- (A) discurso surdo e linguagem corporal.
 - (B) discurso surdo e ouvintismo.
 - (C) trocas culturais e linguagem.
 - (D) trocas culturais e fortalecimento do discurso ouvintista.
 - (E) trocas culturais e fortalecimento do discurso surdo.



55. Daniele, estudante surda do Ensino Fundamental, apresenta um grau de surdez profunda e demonstra dificuldade em acompanhar as disciplinas de português e história. Para Lunardi (in Skliar, 1998), distrações como essa indicam a necessidade de se construir um currículo que celebre a diferença e ofereça uma educação
- (A) unicultural.
 - (B) ouvintista.
 - (C) ideológica.
 - (D) multicultural.
 - (E) homogênea.
-
56. De acordo com a proposta educacional bilíngue para a educação de surdos, o professor deverá considerar
- (A) a produção do mecanismo de colonização curricular.
 - (B) o espaço privilegiado da língua natural dos surdos.
 - (C) a identidade e cultura ouvinte.
 - (D) a necessidade de se apropriar apenas de uma língua.
 - (E) a produção do discurso ouvintista em todos os níveis de ensino.
-
57. Klein (in Skliar, 1998), ao refletir sobre o surdo trabalhador, destaca que, numa lógica contrária à normalização dos sujeitos,
- (A) o indivíduo deve adequar-se às exigências do mercado, que busca a eficiência e a lucratividade.
 - (B) a escola deve adaptar-se ao uso de um aparelho auditivo, que facilitará a busca de emprego.
 - (C) a pessoa surda conquista a autonomia, integrando-se apenas na comunidade ouvinte.
 - (D) o mercado deve disciplinar os surdos a uma rotina que atenda ao ritmo das fábricas.
 - (E) a lógica integradora para a empregabilidade deve ser transformada a partir das competências individuais.
-
58. Pereira (2009) afirma que as crianças surdas, na maioria das vezes, chegam à escola sem conhecimento da língua usada na escola e com pouco conhecimento de mundo. Logo são inseridas na linguagem escrita. Essa problemática se dá por
- (A) serem filhos surdos de famílias ouvintes.
 - (B) fazerem parte da comunidade majoritária e minoritária.
 - (C) serem deficientes auditivos profundos.
 - (D) não terem domínio suficiente da palavra.
 - (E) não terem tido treinamento auditivo e fonoarticulatório.
-
59. Pereira (2009), em suas pesquisas, analisa a produção de textos (orais e escritos) como ponto de partida e de chegada de todo o processo de ensino/aprendizagem da língua. Em relação ao ensino da língua portuguesa, destaca que o professor deveria centrar-se em
- (A) utilizar método analítico (palavras, frases e textos).
 - (B) selecionar categorias semânticas (dos conceitos simples aos mais complexos).
 - (C) introduzir interrogativas seguindo uma ordem sintático semântico (sujeito, verbo e complementos).
 - (D) desenvolver a leitura de textos, produção de textos e análise linguística.
 - (E) iniciar a forma bimodal (ensinar a fala, sinais obedecendo a ordem frasal do português).
-
60. A leitura é a principal fonte de informação para a criança surda adquirir a linguagem escrita. Na perspectiva contrastiva apresentada por Svartholm (in Pereira, 2009), a meta do professor de surdos é
- (A) esclarecer o significante, o conteúdo nos textos e mostrar como ele é expresso nas línguas orais.
 - (B) apresentar o conteúdo dos textos e mostrar as análises semânticas do discurso.
 - (C) esclarecer o significado, o conteúdo nos textos e mostrar como ele é expresso nas duas línguas.
 - (D) apresentar o conteúdo dos textos através da língua de sinais e esclarecer os significantes na língua portuguesa oral.
 - (E) esclarecer o significado e significante das palavras, o conteúdo nos textos orais e escritos e mostrar como ele é expresso na língua majoritária.
-
61. Pereira (2009) destaca o papel fundamental que o professor de surdos deverá ter no processo de leitura de seus alunos. O professor deve
- (A) ensinar a língua portuguesa como a língua materna do surdo.
 - (B) exigir do leitor a reprodução sistemática do texto.
 - (C) proporcionar os recursos necessários para enfrentar com segurança a atividade de produção textual.
 - (D) transformar o leitor em passivo e autônomo.
 - (E) proporcionar uma leitura, oral e de sinais simultaneamente, do texto para despertar o interesse na atividade de leitura.



62. Pereira (2009) apresenta inúmeros textos produzidos por alunos surdos com o objetivo de mostrar o quanto eles são capazes de produzir bons textos quando iniciam sua vida escolar e quando são inseridos em atividades
- (A) de reprodução do texto literário.
 - (B) de leitura oral, apenas.
 - (C) de leitura e produção de textos, seguindo o método analítico.
 - (D) discursivas, preferencialmente em língua de sinais e escrita.
 - (E) de leitura individual, apenas.
-
63. A inserção de pessoas com surdez no processo de inclusão na escola comum requer
- (A) ambientes educacionais estimuladores, além do uso da língua de sinais.
 - (B) o uso efetivo da língua, que basta para o aprendizado e o bom aproveitamento escolar.
 - (C) o uso da língua de sinais, que é suficiente para o bom desempenho do aluno com surdez na escolarização.
 - (D) o desenvolvimento de ações que tenham sentido para os alunos em geral.
 - (E) a presença de bons professores, que não precisam conhecer e nem usar a língua de sinais.
-
64. Considerando a necessidade do desenvolvimento da capacidade representativa e linguística dos alunos com surdez, a escola comum deve viabilizar sua escolarização em um turno e o AEE (Atendimento Educacional Especializado) em outro. O AEE contempla o
- (A) ensino de Libras para alunos ouvintes se comunicarem com os alunos surdos.
 - (B) ensino de Libras, o ensino em Libras e o ensino da língua portuguesa.
 - (C) reforço escolar dos conteúdos pedagógicos em Libras.
 - (D) reforço da língua portuguesa para aluno com surdez melhorar seu desempenho na sala comum.
 - (E) ensino em Libras para professores ouvintes.
-
65. A Língua de Sinais é, certamente, o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez. Pensando na inclusão da língua de sinais nas escolas comuns, o que é necessário para melhorar o desempenho do aluno surdo?
- (A) A presença apenas de um tradutor/intérprete na sala de aula comum já é suficiente.
 - (B) O completo domínio da língua portuguesa na modalidade oral e escrita é fundamental para o aluno surdo.
 - (C) O domínio da língua de sinais é necessário, além de uma mudança das práticas pedagógicas atuais.
 - (D) A aceitação das dificuldades na leitura e escrita, porque são advindas dos limites que a surdez lhe impõe.
 - (E) A realização de ações educacionais escolares que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem da oralidade para alunos surdos.
-
66. O AEE (Atendimento Educacional Especializado) para os alunos surdos dentro da proposta inclusiva deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue (língua de sinais e língua portuguesa) da seguinte forma:
- (A) explicar o conteúdo curricular em Libras por um professor preferencialmente surdo.
 - (B) ensinar a Libras para os alunos surdos, para que os mesmos sejam oralizados.
 - (C) ensinar a Libras para os alunos ouvintes, para facilitar a comunicação com os intérpretes.
 - (D) ensinar a língua portuguesa aos alunos surdos usando mímicas e gestos caseiros.
 - (E) explicar a gramática da Libras simultaneamente com a da língua portuguesa.
-
67. O AEE (Atendimento Educacional Especializado) em Libras na escola comum é realizado diariamente em horário contrário da sala comum. São utilizados muitos recursos visuais, tais como mural, gravuras, fotos etc. O objetivo deste atendimento é
- (A) rever os parâmetros da Língua de Sinais, como configuração de mãos, locação, movimento, orientação e expressão.
 - (B) explorar o recurso visoespacial da Língua de Sinais e realizar um reforço escolar em língua portuguesa.
 - (C) sistematizar os conhecimentos específicos da Língua de Sinais e explorar os recursos audiovisuais.
 - (D) utilizar a Língua de Sinais para compreender conceitos abstratos abordados nas aulas de língua portuguesa.
 - (E) fornecer a base conceitual da Língua de Sinais e do conteúdo curricular estudado na sala de aula comum.
-
68. O AEE (Atendimento Educacional Especializado) em língua portuguesa na modalidade escrita está previsto na Lei, embora ainda não seja prática comum. Ele propõe a utilização da sala de recursos multifuncionais em horário diferente da sala comum. O objetivo deste AEE é
- I. desenvolver a competência gramatical ou linguística/ textual.
 - II. desenvolver a capacidade de gerar sequências linguísticas bem formadas.
 - III. estudar a língua portuguesa nos níveis morfológicos, sintático, semântico e pragmático.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.



69. A função do tradutor/intérprete é mediar a comunicação
- (A) não apenas em sala de aula, mas em todos os eventos de caráter educacional.
 - (B) entre professor x aluno e aluno x aluno apenas em sala de aula.
 - (C) somente em seminários e palestras durante a semana.
 - (D) desde que os alunos surdos paguem um valor extra do salário.
 - (E) apenas se receber antecipadamente o conteúdo da palestra para resumir e simplificar o que será interpretado.
-
70. O uso da língua oral portuguesa reflete-se diretamente no desempenho do aluno com surdez, dificultando sua aprendizagem e integração. Faz-se necessária a utilização de alternativas para melhorar a comunicação entre surdos e ouvintes. Essas alternativas devem basear-se na
- (A) valorização da audição, reforçando o uso do AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual), além de desenvolver a oralidade total.
 - (B) substituição da audição por outros canais, destacando-se a visão, o tato e o movimento, além de se aproveitar os restos auditivos.
 - (C) estimulação da audição, visando desenvolver uma leitura orofacial profunda.
 - (D) negação da audição e valorização da comunicação corporal, explorando a expressão facial e mímicas.
 - (E) substituição da audição, destacando o desenvolvimento da leitura orofacial, bem como a oralidade.
-
71. A concepção clínico-terapêutica acredita que o domínio da linguagem oral permitirá a integração plena do sujeito surdo na sociedade e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Esta concepção está subordinada
- (A) ao ensino da leitura do português sinalizado e escrito.
 - (B) ao aprendizado da Libras.
 - (C) ao aprendizado da linguagem de sinais.
 - (D) às práticas corretivas e de estimulação oral-auditiva.
 - (E) ao ensino do alfabeto normal.
-
72. Leia a afirmação.
A surdez é uma experiência visual que traz aos surdos a possibilidade de constituir sua subjetividade por meio de experiências cognitivo-linguísticas diversas, mediadas por formas alternativas de comunicação simbólica, que encontram na língua de sinais seu principal meio de concretização.
- (MEC/SEESP,2007)
- Esta visão sobre a surdez está relacionada à perspectiva
- (A) clínica terapêutica.
 - (B) inclusiva e afetiva.
 - (C) social e econômica.
 - (D) cultural e terapêutica.
 - (E) pedagógica e social.
-
73. Segundo Goes (1999), a corrente de comunicação total propõe o uso de múltiplos meios de comunicação, por meio de recursos linguísticos e não linguísticos, combinando sinais, oralização, leitura orofacial, gestos, linguagem escrita, datilologia, pantomima, desenhos etc. Frequentemente, esses meios são utilizados na implementação em salas de aula centradas em práticas
- (A) bimodais, composta por elementos da língua falada e de sinais.
 - (B) bilaterais, composta por elementos da língua oral e gestual.
 - (C) bimodais, composta por elementos da língua de sinais e gestos caseiros.
 - (D) biculturais, composta por elementos sociais e culturais.
 - (E) bimodais, composta por elementos escritos e orais.
-
74. A linguagem tem um papel fundamental na formação e em aspectos psicológicos do ser humano. Os efeitos da restrição de experiências de linguagem têm sido, tradicionalmente, associados a caracterizações estereotipadas da pessoa surda, a que se atribuem, enquanto consequências típicas da surdez,
- (A) pensamento abstrato e alta sociabilidade.
 - (B) pensamento poético e musical.
 - (C) elaboração conceitual natural.
 - (D) flexibilidade e maturidade emocional.
 - (E) pensamento concreto e baixa sociabilidade.



75. A produção escrita de um aluno surdo revela o início do processo de construção da escrita. Como estratégias para construir seu texto, ele combina palavras conhecidas com números, bolinhas e linhas onduladas. Observe a produção abaixo, de um aluno de 2ª série.



(Leitura, Escrita e Surdez. 2009, p. 82)

Pereira (2009), em sua pesquisa, considera que esse aluno

- (A) está construindo hipóteses sobre a escrita.
 (B) apresenta um vocabulário pobre e restrito.
 (C) está no período silábico alfabético.
 (D) apresenta sequência textual (começo, meio e fim).
 (E) não tem interesse pela leitura e escrita.
-
76. Uma aluna da 4ª série não teve um bom desempenho na avaliação de matemática. O professor alegou que o intérprete não explicou bem o conteúdo apresentado. A principal função do intérprete em sala de aula é
- (A) explicar o conteúdo apresentado pelo professor.
 (B) interpretar as aulas e aplicar exercícios de reforço.
 (C) mediar a comunicação e não facilitar a aprendizagem.
 (D) elaborar uma avaliação paralela.
 (E) auxiliar a aluna no momento da avaliação.
-
77. Segundo a Cartilha "A deficiência auditiva na idade escolar", alguns aspectos, importantes para o professor observar, são indicadores se o aluno possui um problema auditivo. Quais seriam esses aspectos?
- (A) Interesse pelas atividades ou jogos em grupos.
 (B) falar muito alto ou muito baixo.
 (C) pedir repetição somente nos ditados.
 (D) articular bem as palavras.
 (E) manter o olhar fixo na lousa, sem precisar movimentar a cabeça.
-
78. Os implantes cocleares são indicados para indivíduos com perda auditiva profunda. Existem no mercado implantes cocleares monocanal e multicanais. Define-se implante coclear como
- (A) um aparelho de amplificação sonora individual.
 (B) uma prótese do pavilhão auricular.
 (C) um aparelho amplificador sonoro institucional.
 (D) uma prótese auditiva composta de componentes internos e externos.
 (E) uma prótese auditiva composta apenas de componentes externos.
-
79. O Planejamento Educacional no AEE (Atendimento Educacional Especializado), deve ser realizado coletivamente envolvendo o professor de Libras, o professor da classe comum e o professor de Língua Portuguesa. Este Planejamento contém:
- I. definição do conteúdo curricular.
 II. plano de ensino.
 III. caderno de estudos do aluno.
 IV. livro didático em Libras.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 (B) I, II e III, apenas.
 (C) II, III e IV, apenas.
 (D) II, IV e V, apenas.
 (E) I, II, III e IV.
-
80. Em situação de prática pedagógica, o professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado) poderá desconhecer determinados sinais relacionados ao conteúdo curricular. Diante deste novo desafio, esse professor, juntamente com o aluno surdo, poderá
- (A) criar sinais numa reunião pedagógica com outros professores ouvintes.
 (B) pesquisar na internet e, caso não encontre, desistir do conteúdo.
 (C) ensinar através da linguagem oral devido ao desconhecimento dos sinais específicos.
 (D) pesquisar, estudar e, se necessário, criar sinais com os alunos surdos referentes ao conteúdo programado.
 (E) usar mímicas e gestos caseiros na sala de aula e incentivar os surdos a usar Libras na hora das refeições.